

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 9

Período: 6 a 10 mar. 2023



Ato n. 9/GP, de 1º de março de 2023

Dispõe sobre a padronização para o envio e publicação da escala contendo os dias de comparecimento de Desembargadoras e Desembargadores, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, para cumprimento da decisão proferida no Procedimento de Controle Administrativo n. 0002260-11.2022.00.0000.

Ato n. 10/GP, de 1º de março de 2023

Altera o Ato n. 3/GP, de 24 de janeiro de 2023, que reformula o teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Ato n. 98/PR, de 6 de março de 2023

Transforma, sem aumento de despesa, 01 (um) Cargo em Comissão de Assessor, Nível CJ-02, decorrente do saldo remanescente da diferença entre valores integrais dos cargos em comissão (CJ) e os valores decorrentes da opção do servidor pela retribuição dos cargos efetivos, calculados na forma do art. 18 § 2º, da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Portaria n. 2/CR, de 7 de março de 2023

Complementa a Portaria n. 14/CR, de 15 de agosto de 2022, que determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções elencadas em face da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, para especificar que a suspensão de atos executórios abrange igualmente as demais empresas do grupo econômico integrantes dos processos listados.

Edital n. 1/GP, de 8 de março de 2023.

Proad n. 9600/2023

Comunica a renumeração de processos no sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe) do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 12/GP, de 9 de março de 2023

Restabelece dispositivo do Ato n. 11/GP, de 26 de fevereiro de 2021, no que se refere ao exercício da atividade na modalidade de teletrabalho pelos magistrados e magistradas do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, e dá outras providências.

Portaria n. 4/GP.CR, de 9 de março de 2023

Determina a suspensão do atendimento presencial ao público e das audiências no Fórum Trabalhista de Suzano, na forma que especifica.

CSJT

[Ato n. 8/CSJT.GP.SG.SGPES, de 8 de março de 2023](#)
Publica os valores dos subsídios dos magistrados, dos vencimentos dos cargos efetivos e dos cargos em comissão e das funções comissionadas dos servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

[Ato n. 11/CSJT.GP.SG, de 9 de março de 2023](#)
Revoga o Ato Conjunto n. 38/TST. CSJT. GP, de 24 de agosto de 2020, que altera a composição da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET).

CNJ

[Resolução n. 488/CNJ, de 23 de fevereiro de 2023](#)
Institui a Política Judiciária para o fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e dá outras providências.

[Resolução n. 489/CNJ, de 28 de fevereiro de 2023](#)
Altera a Resolução n. 453/CNJ, de 22 de abril de 2022, que institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas

TST

[Ato Conjunto n. 12/TST.CSJT.GP, de 9 de março de 2023](#)
Estabelece procedimentos e prazos para abertura de créditos adicionais, no âmbito da Justiça do Trabalho, autorizados pela Lei Orçamentária de 2023, assim como para o remanejamento entre planos orçamentários.

Conselho Federal de Fonoaudiologia

[Resolução n. 693/CFFA, de 3 de março de 2023](#)
Dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo na avaliação e no controle da audição de empregados e servidores expostos a níveis de pressão sonora elevados, demais agentes otoagressores e sua competência para implantar, monitorar, assessorar, supervisionar e coordenar o Programa de Conservação Auditiva no âmbito da saúde do trabalhador.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

[Portaria n. 619/SEGRT.MGI, de 9 de março de 2023](#)
Estabelece orientações e procedimentos aos órgãos

Poder Executivo

[Decreto n. 11.430, de 8 de março de 2023](#)
Regulamenta a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Decreto n. 11.431, de 8 de março de 2023](#)
Institui o Programa Mulher Viver sem Violência.

Ministério do Trabalho e Emprego

[Portaria n. 538/MTE, de 7 de março de 2023](#)
Revoga a Portaria n. 4.227/MTP, de 20 de dezembro de 2022, que disciplina as regras e os critérios para a implantação da portabilidade e da interoperabilidade de que trata a Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, regulada

relacionadas aos povos indígenas e tribais (Fonit), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.

e entidades sobre a redistribuição de cargos efetivos ocupados e vagos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

pelo Decreto n. 10.854, de 10 de novembro de 2021. (Processo n. 19964.122239/2022-93).

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272 - 2º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal